

Azulejos do Rossio classificados como Monumento de Interesse Municipal

Painel é um ícone turístico de Viseu e está situado na principal praça da cidade. A autoria é do portuense Joaquim Lopes.

SANDRA RODRIGUES · 2 de Maio de 2018, 21:01



IGOR FERREIRA

A autarquia de Viseu vai classificar o painel de azulejos do Rossio (Praça da República) como Monumento de Interesse Municipal. A obra, colocada em 1931, adquiriu estatuto de “símbolo” da cidade mas só agora vai ter um “tratamento especial”, anunciou Jorge Sobrado, vereador da Cultura. O painel faz parte de uma lista de ícones identitários de Viseu que o município pretende classificar.

“O painel tornou-se num dos principais ícones do ponto de vista da identidade e imagem turística da cidade. Já o é há bastante anos ao lado de outros como a Sé

ou a Cava de Viriato. Considera-se, por isso, relevante a adopção de medidas que visem a sua protecção, reconhecimento, preservação e restauro”, assinalou o autarca.

Sobre o mural, Jorge Sobrado recordou que foi, à época, uma inovação de arte pública na paisagem urbana de Viseu, naquilo que, como considera, meio a sério, meio a brincar, “a primeira obra mural de street art”.

O painel é assinado por um dos nomes da primeira geração de artistas modernistas portugueses, o pintor portuense Joaquim Lopes. Resulta de uma encomenda da Comissão de Iniciativa e Turismo de Viseu (instituída em 1926). Nele encontram-se figuras do mundo rural beirão, como o pastor com o cajado, a capucha do Caramulo, o pastor com o varapau e manta pelo ombro e um jovem pastor a tocar flauta. Representa ainda actividades comerciais, como uma feira de gado, a venda de louça e uma área de comes e bebes. Os azulejos que compõem a obra foram produzidos pela Fábrica do Agueiro, de Vila Nova de Gaia.

“É uma das mais marcantes e notáveis criações de arte pública em mural azulejar do seu período e, simultaneamente, um património que testemunha um momento histórico de reforma urbanística e estética de Viseu cidade moderna”, realçou ainda o vereador da Cultura.

Com a classificação, segundo o autarca, fica garantida uma protecção do ponto de vista de salvaguarda e a “impossibilidade de ali se mexer de uma forma não estruturada e não autorizada”. “Responsabiliza também o próprio município pela sua manutenção e restauro”, concluiu.

A Câmara de Viseu anunciou ainda que o município vai dar início a um processo que visa classificar outros elementos de monumentalidade ou arte pública do concelho.